

Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

**Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

**QUOD - GESTORA DE INTELIGÊNCIA DE CRÉDITO S.A.
COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO
CNPJ/MF 28.042.871/0001-97**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO 2018
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE OS RESULTADOS DE 2018**

Investimentos Totais e Despesas Operacionais

Os investimentos totais da Companhia em 2018 foram de R\$ 148,6 milhões, concentrados, principalmente, na aquisição de serviços de desenvolvimento, equipamentos e softwares e para a construção de sua plataforma tecnológica, com destaque para os investimentos realizados como decorrência dos acordos com o Parceiro Tecnológico LexisNexis, bem como para a construção da plataforma tecnológica de gestão das bases de inadimplentes, em projeto contratado junto à empresa de desenvolvimento de sistemas BRQ. Por sua vez as despesas operacionais da Companhia totalizaram R\$ 46,6 milhões, incluindo todos os custos com pessoal, despesas gerais e administrativas, despesas de manutenção e subscrição de soluções de hardware e software, hospedagem dos Data Centers da Companhia, despesas com publicidade, marketing e propaganda e despesas com depreciação e amortização. Com o início da operação pré-comercial de base de inadimplentes, as despesas com emissão de comunicados a consumidores atingiram R\$ 219 mil. Seguimos enfatizando o cuidadoso controle de custos e eficiência operacional imprimidos durante os primeiros exercícios fiscais da Companhia, e a atenção detalhada para o planejamento e otimização dos componentes de custos futuros relativos ao plano de negócios em execução.

Resultados Operacionais e Financeiros

Como durante o exercício de 2018 a Companhia ainda se encontrava em estágio pré-operacional e sem operação comercial, destacam-se os dispêndios de investimentos e despesas pré-operacionais, além da estratégia de gestão de caixa e consequente geração de receitas financeiras a partir do capital social integralizado. A Companhia apresentou Despesas Operacionais totais de R\$ 46,6 milhões, iguais ao Prejuízo Operacional Antes do Resultado Financeiro, uma vez que não existiram Receitas Operacionais. Composto este total foram reconhecidas Despesas com Pessoal, Gerais e Administrativas, Tributárias, de Depreciação e Amortização e de Publicidade, Marketing e Propaganda, além das despesas com Comunicação a Consumidores. O Prejuízo Operacional foi reduzido por Receitas Financeiras Líquidas de R\$ 14,8 milhões, e pela constituição de um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido de R\$ 17,6 milhões, levando a um Prejuízo do Exercício de R\$ 14,1 milhões. As Receitas Financeiras foram obtidas a partir de uma estratégia de tesouraria e gestão de investimentos bastante conservadora, de maneira a proteger o capital social integralizado com instrumentos de alta liquidez e baixo risco, primordialmente investimentos em CDBs emitidos por instituições financeiras de primeira linha. Durante o exercício 2018, foi integralizada a

segunda parcela da capitalização da companhia pelos Acionistas, com um aporte de R\$ 180,2 milhões. Com isso, a Companhia encerrou mais um exercício com um balanço bastante saudável, apresentando um Patrimônio Líquido de R\$ 309,8 milhões, R\$ 363,5 milhões em Ativos Totais, dos quais R\$ 154,5 milhões em Ativos Circulantes, e um Passivo Circulante de R\$ 53,8 milhões de reais, composto principalmente por obrigações comerciais com fornecedores e obrigações trabalhistas e tributárias. A Companhia não captou dívidas financeiras no período. Finalmente em relação à posição de caixa, a Companhia encerrou o exercício com um saldo total de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 142,2 milhões, superando a execução prevista em seu plano de negócios para 2018.

Considerações Finais

Diante de todo o exposto, a Administração avaliou as Demonstrações Financeiras e informações apresentadas, e as aprovou sem restrições, recomendando o seu encaminhamento para a Assembleia Geral de Acionistas.

A Quod - Gestora de Inteligência de Crédito S.A. acredita que obteve resultados positivos importantes durante o seu segundo exercício entrando em operação pré-comercial, reitera o compromisso de entrar em operação comercial durante o exercício 2019, de maneira alinhada aos prazos previstos em seu plano de negócios, agradece a todos os seus profissionais e parceiros, que estão ajudando a transformar o plano em operação comercial efetiva, e novamente agradece aos acionistas pelo apoio, participação efetiva nas discussões sobre a Companhia e confiança na Administração para a gestão da empresa.

A Administração



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gestora de Inteligência de Crédito S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gestora de Inteligência de Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Cláudio Rogério Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017	Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	142.217	111.284	Fornecedores	9	39.342	10.985
Impostos a recuperar		1.665	311	Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais	10	1.559	538
Despesas antecipadas	5	5.626	7.358	Bônus a pagar	11	7.862	4.944
Instrumentos financeiros derivativos	4	4.809	-	Obrigações tributárias	12	4.280	1.153
Outros		<u>160</u>	<u>8</u>	Outras contas a pagar		<u>731</u>	<u>974</u>
Total do ativo circulante		<u>154.477</u>	<u>118.961</u>	Total do passivo circulante		<u>53.774</u>	<u>18.594</u>
Não circulante				Patrimônio líquido			
Despesas antecipadas	5	7	1	Capital social - subscrito	14	351.027	351.027
Ativo fiscal diferido	6	17.595	-	Capital social - a integralizar	14	-	(180.253)
Imobilizado	7	28.723	25.785	Prejuízos acumulados		<u>(41.273)</u>	<u>(27.154)</u>
Intangível	8	<u>162.726</u>	<u>17.467</u>				
Total do ativo não circulante		<u>209.051</u>	<u>43.253</u>	Total do patrimônio líquido		<u>309.754</u>	<u>143.620</u>
Total do ativo		<u>363.528</u>	<u>162.214</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>363.528</u>	<u>162.214</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

Demonstrações do resultado

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e para o período de 14 de junho de 2017 (início das operações) a 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto os saldos de prejuízo por ação)

	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida de serviços		-	-
Custo dos serviços prestados		-	-
Lucro bruto		<u>-</u>	<u>-</u>
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	15	(21.270)	(19.247)
Com pessoal	15	(23.663)	(10.512)
Depreciação e amortização	15	(383)	(71)
Despesas com publicidade, marketing e propaganda	15	(1.242)	(233)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		<u>(46.558)</u>	<u>(30.063)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	16	15.619	2.955
Despesas financeiras	16	<u>(775)</u>	<u>(46)</u>
Resultado financeiro líquido		14.844	2.909
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(31.714)</u>	<u>(27.154)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente		-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido		<u>17.595</u>	<u>-</u>
Prejuízo do exercício e do período de 14 de junho de 2017 (início das operações) a 31 de dezembro de 2017		<u>(14.119)</u>	<u>(27.154)</u>
Prejuízo por ação		-0,39665	-0,76284

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e para o período de 14 de junho de 2017 (início das operações) a 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo do exercício e do período de 14 de junho de 2017 (início das operações) a 31 de dezembro de 2017	(14.119)	(27.154)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício e do período de 14 de junho de 2017 (início das operações) a 31 de dezembro de 2017	<u>(14.119)</u>	<u>(27.154)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e para o período de 14 de junho de 2017 (início das operações) a 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota Explicativa	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 14 de junho de 2017					
(início das operações)					
		-	-	-	-
Capital em moeda corrente - subscrito em 14/6/17		1	-	-	1
Capital em moeda corrente - subscrito em 6/7/17		65.822	-	-	65.822
Capital em moeda corrente - subscrito em 5/10/17		285.204	-	-	285.204
Capital em moeda corrente - a integralizar		-	(180.253)	-	(180.253)
Prejuízo do exercício		-	-	(27.154)	(27.154)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	14	<u>351.027</u>	<u>(180.253)</u>	<u>(27.154)</u>	<u>143.620</u>
Integralização de capital em moeda corrente		-	180.253	-	180.253
Prejuízo do exercício		-	-	(14.119)	(14.119)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	14	<u>351.027</u>	<u>-</u>	<u>(41.273)</u>	<u>309.755</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e para o período de 14 de junho de 2017 (início das operações) a 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(31.714)	(27.154)
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		383	71
Valores a receber instrumentos financeiros derivativos - MTM		(4.809)	-
Bônus a pagar		2.918	4.944
		<u>(33.223)</u>	<u>(22.139)</u>
Varição nos ativos operacionais:			
Despesas antecipadas		1.727	(7.359)
Impostos a recuperar		(1.354)	(311)
Outros ativos		(152)	(8)
Varição nos passivos operacionais:			
Fornecedores		28.357	10.985
Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais		1.021	538
Impostos a recolher		3.127	1.153
Outras contas a pagar		(243)	974
Caixa gerado pelas atividades operacionais		(740)	(16.167)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>(740)</u>	<u>(16.167)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado		(3.291)	(25.851)
Aquisições de intangível		(145.289)	(17.472)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		<u>(148.580)</u>	<u>(43.323)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital		180.253	170.774
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		<u>180.253</u>	<u>170.774</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>30.933</u>	<u>111.284</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	111.284	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3	<u>142.217</u>	<u>111.284</u>
		<u>30.933</u>	<u>111.284</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

1 Contexto operacional

A Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (“Quod” ou “Sociedade”) constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Alameda Araguaia, 2.104 - 8º andar, cidade de Barueri, foi fundada em 14 de junho de 2017, pelos acionistas Banco do Brasil, Caixa Participações, Banco Bradesco, Banco Itaú e Banco Santander, e passou a atuar com a marca Quod desde junho de 2018. Até dezembro de 2018 a Quod encontrava-se em fase pré-comercial. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade deu continuidade aos investimentos para aquisição de equipamentos, softwares e serviços necessários para a implementação de suas plataformas de dados e produtos essenciais. Para entrar em fase comercial, a Sociedade depende da implementação dessas plataformas e produtos, além dos elementos de dados cadastrais e de crédito para subsídio da prestação dos serviços conforme objeto social da Sociedade:

- (i) Coleta, o armazenamento, a avaliação, o monitoramento e o gerenciamento de dados financeiros e não financeiros de pessoas naturais e jurídicas;
- (ii) Organização, a análise, o desenvolvimento, a criação e a comercialização de informações e soluções para apoiar decisões e gerenciamento de risco de crédito e de negócios;
- (iii) Desenvolvimento e comercialização de relatórios de crédito, de escalas e métricas (score) de risco de crédito, de risco de identidade e de fraude, e de atributos de risco de crédito e de fraude;
- (iv) Classificação e análise de risco;
- (v) Prestação de serviços acessórios à análise de carteira de crédito e à recuperação de obrigações vencidas e não honradas;
- (vi) Prestação de serviços em geral para suporte a atividade creditícia e de proteção ao crédito, incluindo consultoria, desenvolvimento de sistemas e projetos e elaboração e venda de pesquisas;
- (vii) Desenvolvimento e exploração comercial relacionados a prestação de serviços de informação, marketing e tecnologia em geral, com base no banco de dados, no know-how e na capacidade de distribuição da Sociedade;
- (viii) Serviços de suporte ao consumidor em relação a crédito e fraude, incluindo educação financeira;
- (ix) Instrução, treinamento e capacitação técnica para terceiros nas atividades desenvolvidas pela Sociedade, inclusive para análise de crédito e prevenção a fraudes;
- (x) Desenvolvimento, implementação e comercialização de modelos estatísticos;
- (xi) Prestação de serviços na área de processamento de dados para terceiros;
- (xii) Assessoria, consultoria e suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados, bem como portais, provedores de internet, e demais serviços de informação na internet;

- (xiii) Desenvolvimento, aplicação e oferta de tecnologias de segurança em operações e transações, por meios eletrônicos ou não;
- (xiv) Criação, desenvolvimento, cessão, licença, sublicença e distribuição de sistemas de processamento de dados e de software;
- (xv) Prática de outras atividades necessárias e pertinentes para a realização de seu objeto social; e
- (xvi) Participação em outras sociedades, como acionista ou quotista, no Brasil ou no exterior.

2 Principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nos pronunciamentos, nas interpretações e nas orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que já foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras da Sociedade foram aprovadas para divulgação pela Diretoria e pelo Conselho de Administração em 15 de fevereiro de 2019.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Sociedade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas da Sociedade, bem como a divulgação de informações sobre os dados de suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à vida útil dos bens do imobilizado, da realização do imposto de renda e da contribuição social diferidas e ao “*impairment*” sobre o ativo imobilizado e intangível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às probabilidades inerentes ao processo de estimativa. A Sociedade tem como política efetuar a revisão de suas estimativas, pelo menos, anualmente.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

As práticas contábeis adotadas pela Sociedade permitem que instrumentos financeiros sejam classificados sob as seguintes categorias: (i) instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangente (VJORA - instrumentos de dívida); (iii) instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangente (VJORA - instrumentos patrimoniais); e (iv) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado (VJR). A classificação depende da origem dos instrumentos ou da finalidade para a qual os instrumentos financeiros são adquiridos. A classificação dos instrumentos financeiros é efetuada no reconhecimento inicial da operação.

Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Instrumentos financeiros mensurados ao VJR

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

2.7 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação inicia-se quando os ativos estão prontos para o uso pretendido.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim do exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.8 Intangível

a. Programas de computador (softwares) e desenvolvimento de projetos internos

O intangível inclui gastos com aquisição e elaboração de sistemas de computação para a formação e implementação de plataformas de dados e dos produtos que serão ofertados pela Sociedade. Dessa maneira tais gastos são capitalizados em consonância com os pronunciamentos contábeis aplicáveis, conforme descrito abaixo.

Quando aplicável, de acordo com o CPC 04 - Ativo intangível, os ativos são amortizados pelo método que reflita o padrão no qual se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela mesma, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 8, que levam em consideração a vida útil desses ativos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e os produtos de softwares identificáveis e exclusivos, controlados pela Sociedade, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software/projeto para que esteja disponível para uso ou venda;
- A Administração pretende concluir o software/projeto e usá-lo ou vendê-lo;
- O software/projeto pode ser vendido ou usado;
- O software/projeto gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- Recursos técnicos e financeiros e outros recursos adequados estão disponíveis para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software/projeto;
- O gasto atribuível ao software/projeto durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança;
- Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software/projeto, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software/projeto e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes; e
- Os custos com desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com o desenvolvimento de software/projeto reconhecidos como ativos serão amortizados usando-se um método que reflita o padrão no qual se espera que os benefícios econômicos futuros dos ativos sejam consumidos pela mesma.

2.9 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim do exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

No exercício de 2017 e 2018 a Sociedade não registrou perdas por redução ao valor recuperável de ativos.

2.10 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. São mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

2.11 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

No exercício de 2017 e 2018 a Sociedade não tinha causas contingentes ativas e passivas.

2.12 Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

A provisão para imposto de renda foi constituída com base na legislação fiscal vigente à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 (R\$ 20 por mês). A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais negativas correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa de IR e CSLL, apenas quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

2.13 Normas e interpretações novas emitidas e ainda não adotadas

Normas e interpretações emitidas que entraram em vigor no exercício de 2018

- CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

Introduziu novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços, sendo que a receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços adquiridos. O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida, substituindo o IAS 18 - Receitas e interpretações relacionadas. Tendo em vista que a Sociedade encontra-se em fase pré-comercial, não houve impacto contábil na adoção desta norma nas demonstrações financeiras.

- CPC 48 - Instrumentos Financeiros:

Introduziu novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros e, dentre as alterações, substituiu o modelo de “perda incorrida” do IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). No quadro abaixo, demonstramos a mudança para a Sociedade quanto à classificação de seus ativos e passivos financeiros, conforme nota explicativa 2.6.2, a partir dos requisitos do CPC 48:

Ativo / Passivo Financeiro	Classificação anterior	Classificação CPC 48
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado (VJR)
Instrumentos Financeiros		Valor justo por meio do resultado (VJR)
Derivativos (Swap)	Valor justo por meio do resultado	(VJR)
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo amortizado

A Sociedade adotou inicialmente o CPC 48 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, prospectivamente, sem efeito contábil na adoção, sendo que houve somente alteração na classificação dos instrumentos financeiros, conforme descrito acima, nas demonstrações financeiras da Gestora de Inteligência de Crédito.

Normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas:

- **CPC 06** - Operações de Arrendamento Mercantil - Requer o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais nos mesmos formatos dos arrendamentos mercantis financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019). A Sociedade não espera ter efeitos significativos na adoção desta norma nas demonstrações financeiras, considerando que não há transação significativa de arrendamento mercantil no balanço patrimonial da Gestora de Inteligência de Crédito.

3 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa representados na demonstração do fluxo de caixa estão compostos da seguinte forma:

	Taxa média ponderada a.a. 2018	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos		1	-
Debêntures compromissadas		-	13.246
Certificados de Depósito Bancário - CDB	100,7 do DI	142.189	40.044
Cotas de fundo de investimento - Renda fixa		-	57.995
Cotas de fundo de investimento automático	40,0 do DI	27	-
Total		142.217	111.284

Representam aplicações remuneradas às taxas descritas acima e sem o risco de mudança significativa do valor e possuem liquidez imediata.

4 Instrumentos Financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Sociedade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Sociedade não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo.

4.1 Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Sociedade são (i) caixa e equivalentes de caixa, (ii) instrumento financeiro derivativo (“*Swap*”) e (iii) contas a pagar a fornecedores.

A Sociedade implantou Política de Aplicações Financeiras estabelecendo as diretrizes para gestão do risco de crédito e liquidez do seu portfólio de aplicações financeiras, incluindo a definição de limites por contraparte e de carência máxima permitida.

Em 31 de dezembro de 2018, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros não apresentavam variações significativas em relação aos valores contábeis.

O valor de mercado dos ativos e passivos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando-se taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes, com condições e vencimentos similares.

A evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).

- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos da Sociedade em 31 de dezembro de 2018:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo:			
Caixa e equivalentes de caixa	142.217	-	-
Instrumentos financeiros derivativos (Swap)	-	4.809	-
Passivo:			
Fornecedores	-	39.342	-

As metodologias utilizadas para a estimativa do valor justo estão definidas abaixo:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** Para as aplicações em CDB e em fundos de investimentos, o valor justo é apurado a partir dos valores atualizados da taxa de juros de DI disponibilizada ao mercado através de órgãos oficiais (Cetip, BACEN, etc).
- **Instrumento financeiro derivativo:** Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade, traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na B3, essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo dos “swaps”.
- **Fornecedores:** O valor justo foi calculado pelos pagamentos previstos de principal e, quando aplicável, juros até o vencimento com as taxas previstas em contrato.

4.2 Operação de Derivativo (“Swap”)

Em 14 de fevereiro de 2018, a Sociedade contratou Instrumento Financeiro - *Swap* junto ao Banco Safra, com o objetivo de proteger de oscilações relacionadas à variação cambial do fluxo de pagamentos em moeda estrangeira associado ao contrato com seu parceiro tecnológico. A ponta passiva do referido *Swap* incorre juros equivalentes a 62,97% do DI. O *Swap* protege o fluxo de pagamentos de março de 2018 a dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2018, a posição da Sociedade dos contratos de “swap” é a seguinte:

31/12/2018						
Valorização					Valor justo (mercado)	
Vencimento da operação	Nocional R\$	Ponta Ativa	Ponta Passiva	Ajuste MTM	Valor a receber/ (pagar)	
<i>Swap</i> taxa flutuante em US\$:						
Varição Cambial vs. taxa flutuante em R\$ (62,97% do DI)	12/12/2019	27.336	31.909	27.100	4.809	4.809

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Sociedade consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

5 Despesas antecipadas

O saldo de despesas antecipadas em 31 de dezembro de 2017 e de 2018, no montante de R\$ 7.359 e R\$ 5.633, respectivamente, conforme relacionado abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Suportes de informática	2.771	4.762
Subscrição de software	2.455	2.146
Comunicação a Consumidores	382	-
Outros	25	451
	5.633	7.359
Total	5.633	7.359

6 Imposto de renda e contribuição social - Diferido

A Sociedade reconheceu ativo fiscal diferido sobre o saldo negativo proveniente dos prejuízos reconhecidos em 2017 e 2018. Com base em estimativas de lucros tributáveis futuros, a Sociedade considera provável sua utilização contra tais prejuízos em prazo inferior a 5 anos, sendo que a previsão para realização dos créditos tributários é estimada em 100% no terceiro ano.

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo fiscal diferido:		
Imposto de renda diferido	12.319	-
Contribuição social diferida	5.276	-
	17.595	-
Total	17.595	-

O quadro a seguir apresenta o detalhamento da composição do ativo fiscal diferido:

Resultado antes dos impostos - 2017	(27.154)
Total de adições - IR e CSLL	7.094
Total de exclusões - IR e CSLL	(1.206)
Prejuízo fiscal / Base negativa de CSLL	(21.266)
Resultado antes dos impostos - 2018	(31.714)
Total de adições - IR	11.853
Total de adições - CSLL	8.088
Total de exclusões - IR	(5.646)
Total de exclusões - CSLL	(5.646)
Prejuízo fiscal - IR	(25.506)
Base negativa de CSLL	(29.271)
Diferenças temporárias - 2018	
Provisões dedutíveis	2.504
Provisões parcialmente dedutíveis	5.584
IRPJ Diferido	626
CSLL Diferido	728
Total do Ativo Diferido	17.595
IRPJ Diferido	12.319
CSLL Diferido	5.276

Para o cálculo do valor presente do ativo fiscal diferido foi utilizada a taxa Selic, em 31 de dezembro de 2018, o valor presente é representado pelo montante de R\$ 14.607.

7 Imobilizado

	Taxa média anual - %	31/12/2018			31/12/2017
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Equipamentos - Plataforma de dados (a)	-	25.146	-	25.146	23.156
Benfeitorias (b)	10	2.215	(181)	2.035	1.412
Telefonia	20	506	(127)	380	481
Instalações	10	287	(32)	255	274
Móveis e utensílios	10	366	(32)	334	274
Equipamentos de informática	20	622	(48)	574	188
Total		29.142	(419)	28.723	25.785

As movimentações do imobilizado são as seguintes:

	Saldos em 14 de junho de 2017	Aquisições	Depreciações	Saldos em 31 de dezembro de 2017
	Equipamentos - Plataforma de dados (a)	-	23.156	-
Benfeitorias (b)	-	1.440	(28)	1.412
Telefonia	-	506	(25)	481
Instalações	-	278	(4)	274
Móveis e utensílios	-	279	(4)	274
Equipamentos de informática	-	192	(4)	188
Total	-	25.851	(66)	25.785

	Saldos em 31 de dezembro de 2017	Aquisições	Depreciações	Saldos em 31 de dezembro de 2018
	Equipamentos - Plataforma de dados (a)	23.156	1.990	-
Benfeitorias (b)	1.412	775	(152)	2.035
Telefonia	481	-	(101)	380
Instalações	274	9	(28)	255
Móveis e utensílios	274	87	(28)	334
Equipamentos de informática	188	429	(44)	574
Total	25.785	3.291	(353)	28.723

- (a) Refere-se a *hardware* adquiridos de terceiros e utilizados no desenvolvimento da plataforma Quod para prestação de novos serviços e produtos. A Administração prevê o início da depreciação desses ativos após a conclusão dos projetos de plataforma de dados, no exercício de 2019.
- (b) Benfeitorias: Refere-se a benfeitorias em imóveis de terceiros e está sendo depreciado conforme período firmado no contrato de aluguel.

8 Intangível

	Taxa média anual de amortização - %	31/12/2018		31/12/2017	
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Plataforma de dados (a)	-	158.527	-	158.527	13.805
Software e licenciamento de software (b)	20	4.234	(35)	4.199	3.662
Total		162.761	(35)	162.726	17.467

- (a) Refere-se a investimentos em desenvolvimento das plataformas de dados da Quod e Controlcred. Tendo em vista que tais ativos encontram-se em fase de desenvolvimento, não houve amortizações no período. Cabe ressaltar que a Administração prevê a conclusão dos projetos de Plataforma de dados no exercício de 2019.
- (b) Refere-se a software e licenças de software de terceiros utilizados no desenvolvimento da plataforma de dados da Quod, para prestação de novos serviços e produtos, bem como a implantação de plataformas de atendimento a clientes e de sistemas de gestão.

As movimentações do intangível são as seguintes:

	Saldos em 14 de junho de 2017	Aquisição	Amortização	Saldos em 31 de dezembro de 2017
Plataforma de dados (a)	-	13.805	-	13.805
Software e licenciamento de software (b)	-	3.667	(5)	3.662
Total	-	17.472	(5)	17.467

	Saldos em 31 de dezembro de 2017	Aquisição	Amortização	Saldos em 31 de dezembro de 2018
Plataforma de dados (a)	13.805	144.722	-	158.527
Software e licenciamento de software (b)	3.662	567	(30)	4.199
Total	17.467	145.289	(30)	162.726

9 Fornecedores

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, no montante de R\$ 39.342 e R\$ 10.985, respectivamente, refere-se à aquisição de bens, manutenção de software, hardware e consultorias diversas, etc.

Os principais saldos de fornecedores em 31 de dezembro de 2018 estão representados por: (i) Lexis R\$ 37.432 (R\$ 7.958 em 2017); Equinix R\$ 639 (R\$ 996 em 2017); e outros no montante de R\$ 1.271 (R\$ 2.031 em 2017).

10 Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais

	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações sociais e trabalhistas	(668)	(340)
Provisão para férias e encargos sobre férias	<u>(891)</u>	<u>(198)</u>
Total	<u>(1.559)</u>	<u>(538)</u>

11 Bônus a pagar

Provisão de bônus a pagar aos administradores e profissionais, constituídas de acordo com as políticas de remuneração da Sociedade.

12 Obrigações tributárias

	31/12/2018	31/12/2017
Impostos federais (PIS, COFINS, IRRF, CIDE, CSRF)	(4.119)	(1.122)
Imposto Municipal (ISS)	(158)	(31)
INSS	<u>(2)</u>	<u>(0)</u>
Total	<u>(4.280)</u>	<u>(1.153)</u>

13 Partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela Sociedade e seus acionistas controladores, operações com partes relacionadas, tais como aplicações financeiras e contas a pagar. A Sociedade, na realização de seus negócios e na contratação e serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Ainda, a natureza das atividades da Sociedade faz com que ela celebre contratos com diversos Bancos, sendo alguns desses seus acionistas diretos ou indiretos.

Os quadros a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e de 2018 da Sociedade, discriminados por modalidade de contrato, acionista, operações com partes relacionadas, bem como as correspondentes receitas e despesas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2018:

	31/12/2017			
	Banco do Brasil	Banco Bradesco	Banco Santander	Total
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	<u>13.390</u>	<u>3</u>	<u>97.891</u>	<u>111.284</u>
Total	<u>13.390</u>	<u>3</u>	<u>97.891</u>	<u>111.284</u>
Receitas				
Receitas financeiras	<u>1.463</u>	<u>1</u>	<u>1.486</u>	<u>2.950</u>
Total	<u>1.463</u>	<u>1</u>	<u>1.486</u>	<u>2.950</u>

31/12/2018

	Banco do Brasil	Banco Bradesco	Banco Santander	Total
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	23	42	117.681	117.746
Total	<u>23</u>	<u>42</u>	<u>117.681</u>	<u>117.746</u>
Receitas				
Receitas financeiras	1.692	668	7.794	10.154
Total	<u>1.692</u>	<u>668</u>	<u>7.794</u>	<u>10.154</u>

Remuneração dos Administradores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2018, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros e assistência médica), contabilizados na rubrica “Despesas com pessoal”.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 14 de junho de 2017 a Sociedade foi constituída com o capital social composto no montante de R\$ 1.000 (mil reais), representado por 50 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 06 de julho de 2017, foi aprovado aumento de capital da Sociedade no montante de R\$ 65.822 por meio de aporte de capital representada por 6.582.200 ações, sendo 3.291.100 ações ordinárias e 3.291.100 ações preferenciais;

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 05 de outubro de 2017, foi aprovado aumento de capital da Sociedade no montante de R\$ 285.204 por meio de aporte de capital representada por 29.013.700 ações, sendo 14.506.850 ações ordinárias e 14.506.850 ações preferenciais.

Em 06 de julho de 2018, por meio de caixa, foi realizada a integralização remanescente de R\$ 180.253 do total do capital subscrito da Sociedade de R\$ 351.028.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social é representado por 17.798.000 ações ordinárias e 17.798.000 preferenciais, nos montantes de R\$ 175.514 e R\$ 175.514, respectivamente.

A composição do capital social da Sociedade é a seguinte e está representada em reais:

	31/12/2018	
Acionistas	Capital Social	%
Banco Bradesco S.A.	70.205,5342	20%
Banco do Brasil S.A.	70.205,5342	20%
Banco Santander (Brasil) S.A.	70.205,5342	20%
Caixa Participações S.A.	70.205,5342	20%
Itaú Unibanco S.A.	70.205,5342	20%
Total	<u><u>351.028</u></u>	<u><u>100%</u></u>

15 Custos, despesas gerais e administrativas por natureza

Abaixo apresentamos os saldos de custos, despesas com vendas e despesas gerais e administrativas conforme classificado na composição do resultado do exercício:

	31/12/2018	31/12/2017
Custo dos serviços prestados	-	-
Despesas Gerais e administrativas	(21.270)	(19.247)
Despesas com pessoal	(23.663)	(10.512)
Depreciação e amortização	(383)	(71)
Despesas com publicidade, marketing e propaganda	(1.242)	(233)
	<u>(46.558)</u>	<u>(30.063)</u>

Abaixo apresentamos a abertura analítica por natureza:

	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	(23.663)	(10.512)
Prestação de serviços	(11.561)	(14.865)
Locação de espaço	(7.519)	(3.476)
Publicidade, marketing e propaganda	(1.242)	(233)
Prediais & ocupações	(961)	(256)
Impostos e taxas	(613)	(560)
Depreciação & amortização	(383)	(71)
Material consumo, escritório e outros	(255)	(59)
Comunicação a Consumidores	(219)	(1)
Viagem, locomoção e diárias	(143)	(32)
	<u>(46.558)</u>	<u>(30.064)</u>

16 Resultado Financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos	120	5
Rendimentos sobre aplicações	8.402	2.950
Ajuste líquido de swap	2.287	-
Variação de valor justo de swap	4.809	-
	<u>15.619</u>	<u>2.955</u>
Despesas financeiras:		
Juros e multas passivos	(44)	(3)
Variação cambial	1	(1)
Taxas e outras despesas	(732)	(42)
	<u>(775)</u>	<u>(46)</u>

17 Benefícios a funcionários

Previdência Complementar

A Sociedade oferece a seus funcionários benefícios de complementação de aposentadoria, implementados a partir de outubro de 2017. O plano de aposentadoria é o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida), sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas, tendo incorrido nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2018, em despesas de contribuições no montante de R\$ 98 e R\$ 684, respectivamente, contabilizadas nas rubricas despesa com pessoal.

Outros benefícios

Além do benefício de previdência complementar, a Sociedade e suas controladas oferecem aos seus funcionários outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, seguro de vida e vales refeição/alimentação/combustível, cujo montante dessas despesas, totalizou R\$ 407 e R\$ 1.545 nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2018, respectivamente, contabilizadas nas rubricas despesa com pessoal.

18 Cobertura de seguros

A Sociedade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade possui apólice de seguro para cobertura de danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, incêndio e roubos e furtos qualificados de bens conforme descrito:

- (a) Patrimonial referente ao ativo imobilizado, imóvel sede com indenização máxima prevista de R\$ 8.847.
- (b) Seguros dos Data Centers localizados em São Paulo e no Rio de Janeiro com indenizações máximas previstas de R\$ 19.000 e R\$ 12.000, respectivamente.
- (c) D&O - Responsabilidade civil dos diretores em até R\$ 30.000.

19 Outros assuntos

a. Gerenciamento de riscos

A Sociedade já implementou um modelo de gestão de risco ERM (Enterprise Risk Management) baseado no framework de referência COSO, e realizou a avaliação, detalhamento e classificação do seu universo de risco considerando o nível de impacto (baixo, médio ou alto) e o nível de probabilidade (improvável, dificilmente, ocasionalmente, possivelmente, definitivamente), chegando assim a uma matriz de risco da Sociedade. Para cada risco identificado, foi mapeado o impacto (financeiro, operacional ou de imagem) e o nível de monitoramento, considerando a existência de controles e de planos de ação e ou mitigação. A partir desse mapeamento de risco é feito um acompanhamento mais detalhado dos riscos altos e dos riscos médios parcialmente monitorados ou não monitorados (aqueles com controles e planos de ação em desenvolvimento mas não finalizados). Os riscos foram ainda classificados de acordo com o grupo de aplicabilidade (Finanças, TI, Pessoas, Estratégia, Comercial, Dados, etc.) e com a sua natureza de origem (Financeiro, Estratégico, Operacional, de Imagem,

Tecnológico). Dessa maneira, o modelo de acompanhamento de riscos é gerenciado continuamente pela Sociedade, e revisado com o Comitê de Controle e Riscos do Conselho de Administração bimensalmente. Com relação à aplicações financeiras, a Sociedade implantou Política de Aplicações Financeiras estabelecendo as diretrizes para gestão conservadora do risco de crédito e liquidez do seu portfólio de aplicações, incluindo a definição de limites por contraparte e de carência máxima permitida. Seguindo as definições dessa Política, a Sociedade utiliza instrumentos de baixo risco, como títulos de renda fixa com liquidez imediata, tendo como contraparte bancos de primeira linha.

b. Contratação de financiamento junto ao BNDES

Em 27 de dezembro de 2018, a Sociedade formalizou um contrato de financiamento junto ao BNDES. Pelo contrato, o BNDES abre um crédito no valor de R\$ 319.982, destinado ao apoio do plano de investimentos em inovação da Companhia, para implantação de plataforma tecnológica e desenvolvimento de produtos. O crédito será posto à disposição da Sociedade, parceladamente, conforme as necessidades para realização do projeto financiado, no prazo de até 36 meses da assinatura do contrato.

Incidirão sobre o montante principal do valor financiado juros remuneratórios correspondentes à taxa de juros composta pela TLP (Taxa de Longo Prazo) e spread de 1,15% a.a.. O prazo total do contrato de financiamento será de até 108 meses, com 36 meses de carência e até 72 meses de amortização.

O financiamento conta com garantia via fiança, a ser prestada por instituição(ções) financeira(s) de primeira linha. Não há previsão de cláusulas restritivas com base em indicadores financeiros (*covenants* financeiros) no contrato.

c. Não houve eventos subsequentes que requeressem ajustes na apresentação das demonstrações financeiras, bem como nos saldos contábeis.